CAPÍTULO 9. Megalitismo funerário: origens (e evolução) do fenómeno

> *"As manifestações megalíticas em Portugal atingiriam originalmente vários milhares, e a sua personalidade não está tanto no invólucro (o monumento propriamente dito), mas no conjunto artefactual que a grande «meia-laranja», a mamoa ou tumulus, encobria*"
>
> (Victor S. Gonçalves, 1999a:101)

Até aos finais do séc. XIX, mesmo se exceptuarmos as perspectivas ainda muito desfocadas, de que o texto de Pinho Leal, citado no Capítulo 1, é um eloquente testemunho, a investigação limitou-se a acumular, numa óptica positivista, o maior número possível de dados sobre espólios, arquitecturas e rituais. Não tinham ainda sido forjados modelos evolutivos de qualquer tipo e o fenómeno era atribuído, de uma forma demasiado abrangente, aos tempos pré-históricos ou, na melhor das hipóteses, ao Neolítico, conceito introduzido por John Lubock, em 1865 (Daniel, 1967).

Quanto à questão da origem geográfica, os debates polarizaram-se, desde o início e até ao advento das datações radiocarbónicas, a favor ou contra o modelo do *ex oriente lux*, assumida, não sem discussão, uma origem monogenética (Costa, 1868) para o megalitismo.

Efectivamente, o 1º quartel do séc. XX foi marcado por teorias difusionistas, de que Glyn Daniel, que defendeu uma origem micénica para os monumentos megalíticos portugueses, foi um dos divulgadores mais influentes. Esta teoria foi contrariada por N. Ålberg (1921), P. Bosch – Gimpera (Bosch-Gimpera, 1927) ou H. Obermaier (Obermaier, 1932), que, por seu lado, pugnaram por uma origem ocidental, eventualmente ibérica, e defenderam já uma sequência evolutiva a partir dos pequenos sepulcros simples até aos grandes monumentos complexos.

Alguns anos antes, Vergílio Correia tinha conseguido identificar, pela primeira vez de uma forma diferenciada, um conjunto significativo de pequenas sepulturas que, no entanto, considerou contemporâneas das antas de corredor; as diferenças dever-se-iam, na sua óptica, a diferenças nos rituais funerários, sem nenhuma implicação cronológica: as sepulturas corresponderiam simplesmente a enterramentos individuais, enquanto os monumentos de maiores dimensões implicariam, obviamente, enterramentos colectivos (Correia, 1921: 71). Tratava-se, de certo modo, de uma primeira formulação do polimorfismo que, ainda hoje, constitui uma das alternativas aos tradicionais modelos evolucionistas.

As semelhanças nos espólios (que ele interpretou como idênticos) leu-as Vergílio Correia – e esta é uma outra questão muito actual – como indicadoras de uma certa identidade cultural, alheia aos fenómenos de migração/invasão que, posteriormente, fizeram escola.

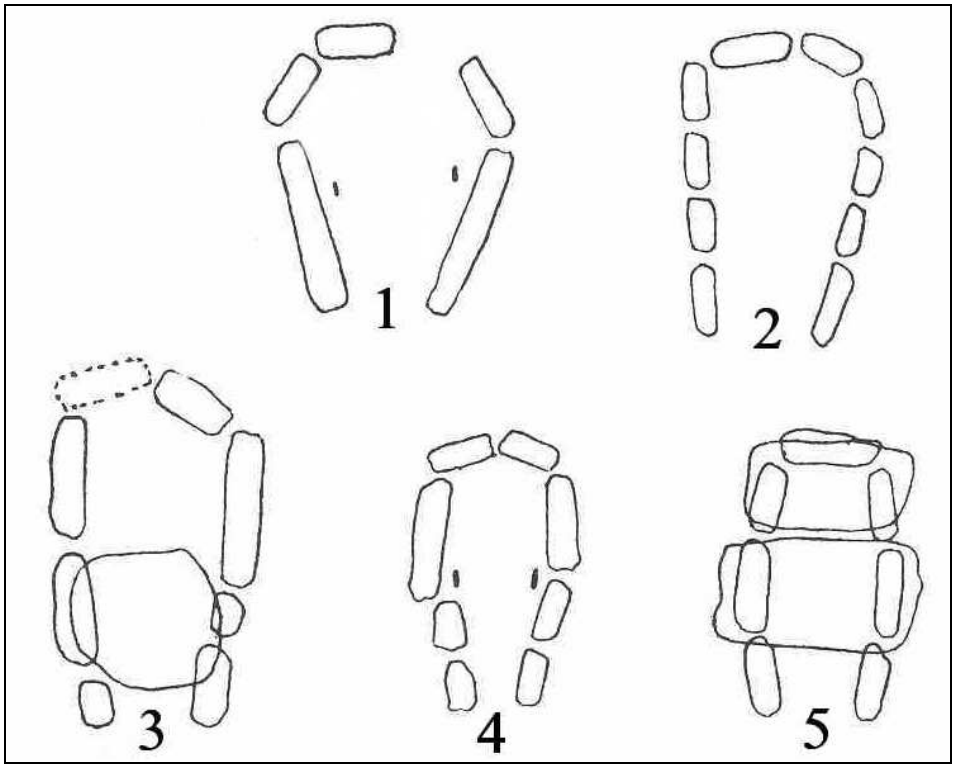

Fig. 9.1 Sepulturas da área de Pavia. 1: Antões 2; 2: Entreáguas 5; 3: São Miguel; 4: Madre de Deus; 5: Figueira. (Segundo Correia, 1921: 70)

Quanto a Manuel Heleno que, como se viu (Capítulo 6), adoptou, inicialmente de uma forma rígida, uma perspectiva evolucionista, foi, com o decorrer dos trabalhos, no Alentejo, flexibilizando a sua posição, embora, como sabemos, essa alteração nunca tivesse sido tornada pública; foi, por outro lado, um defensor intransigente (e apriorístico) de uma origem indígena do conjunto megalítico que investigou e onde, só muito marginalmente, assumiu alguns impulsos "estrangeiros".

Desconhecemos, porém, de que forma relacionava, no seu esquema interpretativo, o megalitismo alentejano com os de outras áreas.

Apesar de tudo, é indiscutível o impacte das ideias de Manuel Heleno, na investigação subsequente. Na minha opinião, esse estatuto deve-se, em grande medida, às boas relações que o antigo Director do Museu Etnológico Português soube cultivar com o casal Leisner, com quem, aliás, chegou a partilhar escavações e com quem se abriu em confidências que os conceituados autores alemães reflectiram, com alguma diplomacia, nas suas obras.

De facto, o "mito" das pequenas sepulturas – e, sobretudo, das provas insofismáveis que era suposto terem proporcionado para as questões da génese e evolução do megalitismo regional – encontra-se patente, de uma forma directa ou indirecta, na maior parte das leituras produzidas a partir dos anos 40, e o próprio modelo evolucionista – que, como vimos é anterior a Manuel Heleno e o influenciou de forma manifesta, têm, de um modo geral, demonstrado uma longevidade notável, com matizes e correcções, é certo, mas apenas com algumas episódicas reticências.

Dando continuidade aos trabalhos do seu Mestre e conhecendo, provavelmente, as dificuldades do modelo que ele propunha, Irisalva Moita, parece ter procurado recuar para terreno mais firme, ao dividir os monumentos alentejanos em apenas dois grupos: o *Grupo Primitivo* e o *Grupo Evolucionado*. O modelo assentava, mais uma vez, numa presumida evolução linear do mais simples para o mais complexo, justificada pelo "arcaísmo mais acentuado do mobiliário dos dolmens em forma de câmara rectangular" o que "parece indicar que estamos em presença duma evolução e não dum retrocesso." (Moita, 1956, 171).

Acrescente-se, porém, que a ideia de uma involução nas arquitecturas, nunca teve, efectivamente, muitos seguidores; exceptua-se a proposta, avançada por Ph. Kalb, de que as pequenas sepulturas seriam apenas "um reflexo periférico e secundário" (Kalb, 1989: 42) do verdadeiro megalitismo que, por sua vez, teria chegado de fora, juntamente com os primeiros prospectores de metal. Um modelo análogo foi, como veremos, defendido, uns bons anos antes, por A. Varagnac (Varagnac, 1963: 382).

A posição assumida pelo casal Leisner (Leisner, 1949; Leisner e Leisner, 1951, 1953, 1959) foi, naturalmente, muito similar à de Manuel Heleno; os arqueólogos alemães, no trabalho sobre o megalitismo de Reguengos, a área que estudaram mais exaustivamente, escreveram, em jeito de conclusão, que "supondo que os pequenos dólmenes sem corredor formam a base, sobre a qual se desenvolve, influenciada por novas concepções religiosas, a inumação colectiva, que implica a transição para formas arquitectónicas mais complicadas, com possibilidade de entradas sucessivas, a morfologia da arquitectura dolménica surge com mais clareza. No decurso de tal evolução, cabem, tanto o desenvolvimento da sepultura maior em forma de galeria, como a transição para a sepultura de corredor, estando a primeira delas mais intimamente ligada ao povo neolítico" (Leisner e Leisner, 1951: 181).

Nesse esquema evolutivo, fruto da tentativa de cruzamento dos espólios com as arquitecturas, mantiveram-se, como referi, as principais propostas de Manuel Heleno, embora, devido à escassez dos dados disponíveis, os monumentos supostamente mais antigos tenham sido tratadas com algum distanciamento. Efectivamente, os Leisner chegaram, face à raridade desses monumentos, a admitir que "o Alentejo ocidental tenha sido o centro dessa expansão, que apenas atingiu o concelho de Reguengos numa época um tanto posterior" (Leisner e Leisner, 1951: 21).

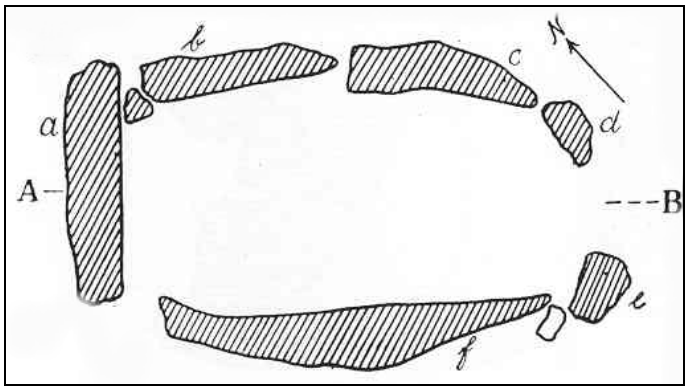

Fig.9.2. Anta 10 das Areias (seg. Leisner e Leisner, 1951)

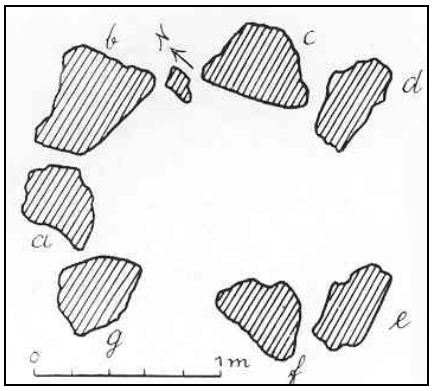

Fig.9.3. Anta 11 das Areias (seg. Leisner e Leisner, 1951)

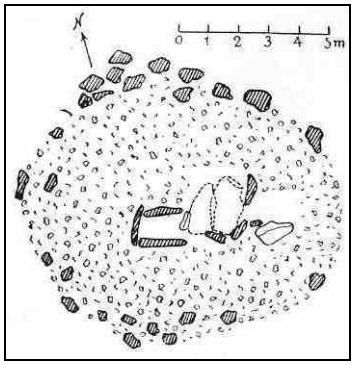

Fig. 9.4. Anta e sepultura das Falcoeiras (seg. Leisner e Leisner, 1951)

Descontando os monumentos de arquitectura mais simples, com câmaras pequenas e sem corredor, Areias 10, Areias 11 e a sepultura das Falcoeiras (Leisner e Leisner, 1951: 274-275), que, pelas suas arquitecturas e dimensões, poderiam ser remetidos para contextos mais antigos, a sequência megalítica de Reguengos de Monsaraz iniciar-se-ia, de forma clara, apenas com as antas de corredor curto, de que a anta 1 do Poço da Gateira constituiria o "protótipo", correspondendo, na opinião dos seus escavadores, a um "neolítico puro", "nem primitivo, nem degenerado" (Ibidem: 39).

Por seu lado, os monumentos da fase seguinte caracterizar-se-iam, em termos arquitectónicos, pelo aumento das dimensões, em alçado e planta, na câmara, e do comprimento do corredor; paralelamente, as câmaras tenderiam, nessa fase, a desenhar polígonos mais regulares e os esteios do corredor tenderiam a ser menos largos (Ibidem: 45).

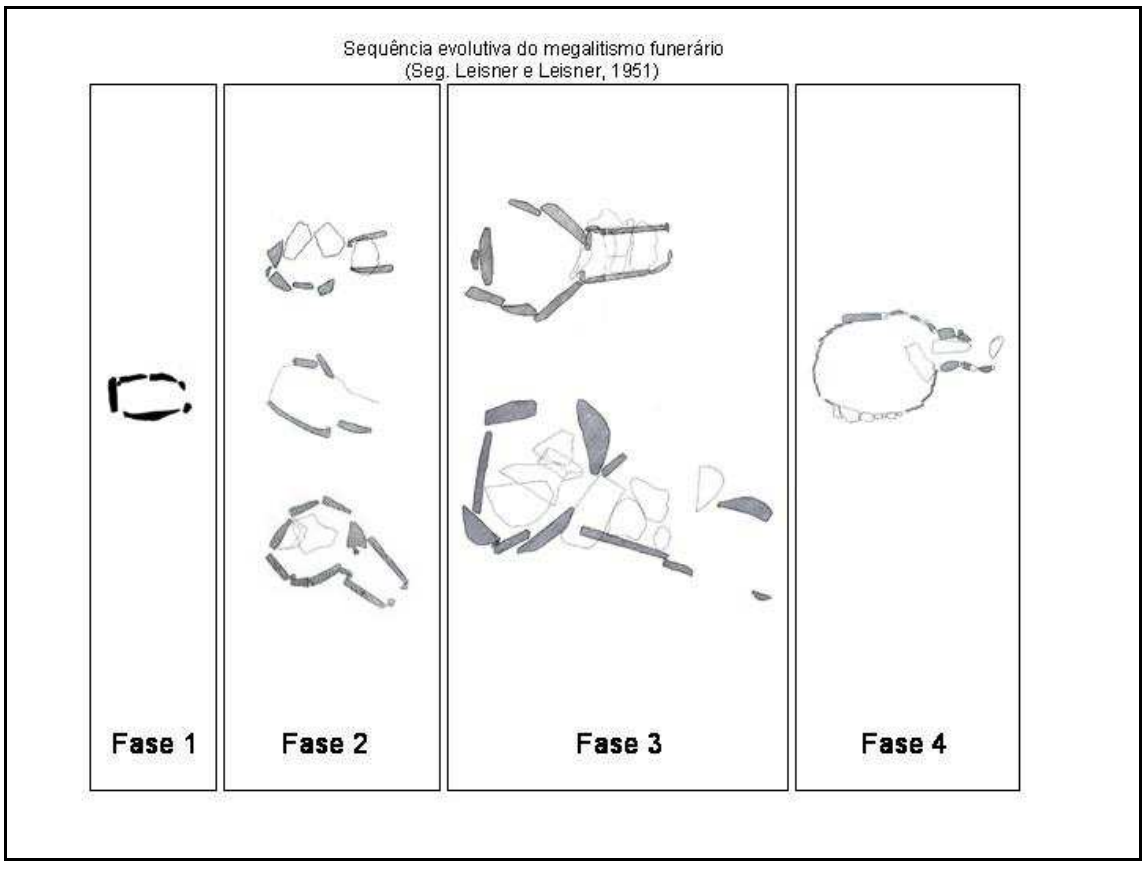

Fig. 9.5. Representação esquemática da sequência evolutiva do megalitismo de Reguengos de Monsaraz (seg. Leisner e Leisner, 1951, adaptado).

Para além disso, é importante assinalar que os Leisner obtiveram, pela primeira vez de forma inequívoca, a confirmação estratigráfica da posterioridade dos *tholoi* em relação às antas de corredor (Ibidem:37), antecipando a derrocada do modelo

orientalista mais radical, que a revolução do Carbono 14 viria, alguns anos depois, a ratificar (Renfrew, 1973).

Os *tholoi* provariam, segundo eles, não apenas a chegada de novas ideias, mas "uma intrusão do próprio povo", a partir do Sul e Sudeste peninsular, modelo que, com outros ingredientes e de forma diferenciada, tem sido ultimamente defendido para o Neolítico antigo português (Zilhão, 2001; Diniz, 2003) e, de algum modo, para o próprio megalitismo (Gonçalves, 1992).

Para os Leisner, tal como para Manuel Heleno, o conceito de "Neolítico puro", implicava uma origem exclusivamente local, sem elementos exógenos. O Calcolítico (ou Eneolítico, como eles preferiam) traduziria, pelo contrário, a chegada de influências externas, que eles vislumbraram sobretudo em contextos mediterrânicos (Leisner e Leisner, 1951: 182), mesmo que, *en passant*, tenham refido também as eventuais ligações atlânticas (Leisner e Leisner, 1951: 172, 184). Chegaram, aliás, a admitir que o megalitismo "bem poderia ter nascido nesta região" (Ibidem: 174), embora recusassem já a hipótese de uma "evolução ininterrupta" dos "diferentes tipos da própria sepultura megalítica ibérica" (Ibidem: 173).

A questão da filiação do megalitismo alentejano no Mesolítico do Tejo suscitou, a Georg e Vera Leisner, muito menos entusiasmo do que a Manuel Heleno; mesmo assim, não deixaram de considerar que "a cultura pastoril neolítica" seria "aparentada, pelos micrólitos, com o mesolítico dos concheiros portugueses" (Ibidem, 1951: 179). É claro que a posição geográfica do território megalítico de Reguengos, em relação aos estuários do Tejo, ou mesmo do Sado, encorajava esse distanciamento, na mesma proporção em que a área onde Heleno trabalhou, sugeria o inverso.

Note-se que, no modelo dos Leisner que, como já vimos (Capítulo 3), explicava a suposta inexistência de vestígios de povoados como o resultado de um nomadismo pastoril (Leisner e Leisner, 1951: 17), existe uma certa contradição, pois consideraram que, para a maior parte dos monumentos de Reguengos – os de câmara poligonal – "o ponto de saída da sua evolução já poderia ser procurado em formas de habitações próprias dos primeiros agricultores" (Leisner e Leisner, 1951: 181).

A ideia da inspiração da planta dos monumentos na das cabanas neolíticas, que ultimamente, noutros contextos europeus, tem vindo a ser insistentemente discutida (Bradley, 1998b: 44-48; Scarre, 1998: 164; Thorpe, 1999: 48-50; Whittle, 1999: 248), é expressamente avançada, por Manuel Heleno, no Caderno 32 (1937); é, pois, de admitir

que a opinião dos Leisner, atendendo às relações conhecidas entre eles, tivesse sido eventualmente inspirada no modelo "helénico" ou que tenham tido ambos uma fonte comum; na verdade, uma proposta semelhante tinha sido avançada por O. Montelius nos finais do século XIX (Montelius, 1899: 41-46, citado por Sherratt, 1990: 151).

O difusionismo moderado dos Leisner, condimentado com uma boa dose de indigenismo, contrasta vivamente com uma obra de divulgação a que já fiz referência (Capítulo 6) por ter incluído, na edição portuguesa, uma síntese das posições de Manuel Heleno (Varagnac, 1959, 1963).

Defensor da tese orientalista, divulgada por V. Gordon Childe, e ignorando ostensivamente os dados arqueológicos concretos, entretanto surgidos, Varagnac considerou que o megalitismo teria aparecido na Europa a par da indústria do Cobre, vindos ambos do Mediterrâneo oriental, a partir de onde se teria espalhado "na maioria das direcções que já havia seguido a expansão neolítica" (Varagnac, 1963: 382).

Na verdade, os contornos dessa presumida expansão estariam directamente ligados, por um lado, às rotas de difusão dos metais, "no Ocidente, o Cobre; na Índia, o Ferro" (Varagnac, 1963: 382), que se efectuariam por via marítima e, por outro, a fenómenos de índole religiosa (Varagnac, 1963: 382).

De salientar que, segundo esse autor, "as vias de propagação do megalitismo e do cristianismo tenham sido em boa parte as mesmas" (Varagnac, 1963: 383).

Varagnac foi, no entanto, obrigado a admitir que, uma vez que os espólios dos monumentos parecem ser "quase sempre de tipo local", não teria existido uma migração massiva de populações, mas apenas de alguns indivíduos, "missionários" que "convertiam as populações nos próprios locais, e lhes serviam de chefes" (Varagnac, 1963: 383), num prolongamento das posições de Gordon Childe.

Convém, em todo o caso, sublinhar que a posição, algo desfasada, deste autor, teve escasso eco na investigação portuguesa subsequente.

Em contrapartida, como já sublinhei, a marca indelével dos supostos resultados de Manuel Heleno, no Alentejo, mediatizada, em boa parte, pelos Leisner, fez-se sentir, com matizes diversos, até aos nossos dias.

Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, com base nos seus trabalhos na área de Sines (Silva e Soares, 1981), têm vindo a desenvolver um modelo integrado, segundo o qual a construção dos pequenos sepulcros marcaria uma etapa na evolução das antigas comunidades mesolíticas, entretanto neolitizadas, numa fase de consolidação das

respectivas estruturas económicas (Silva e Soares, 2000). Estes investigadores, particularmente atentos à dimensão social do megalitismo, defendem que as "sepulturas proto-megalíticas (...) assinalam a génese do megalitismo" que definem como "superestrutura ideológica ao serviço da consolidação da formação social de tipo segmentário" (Soares, 1996: 48); a evolução em tamanho e em número de tumulações por monumento, reflectiria, segundo eles, a complexificação da própria sociedade, reforçando, por outro lado, a sua coesão interna.

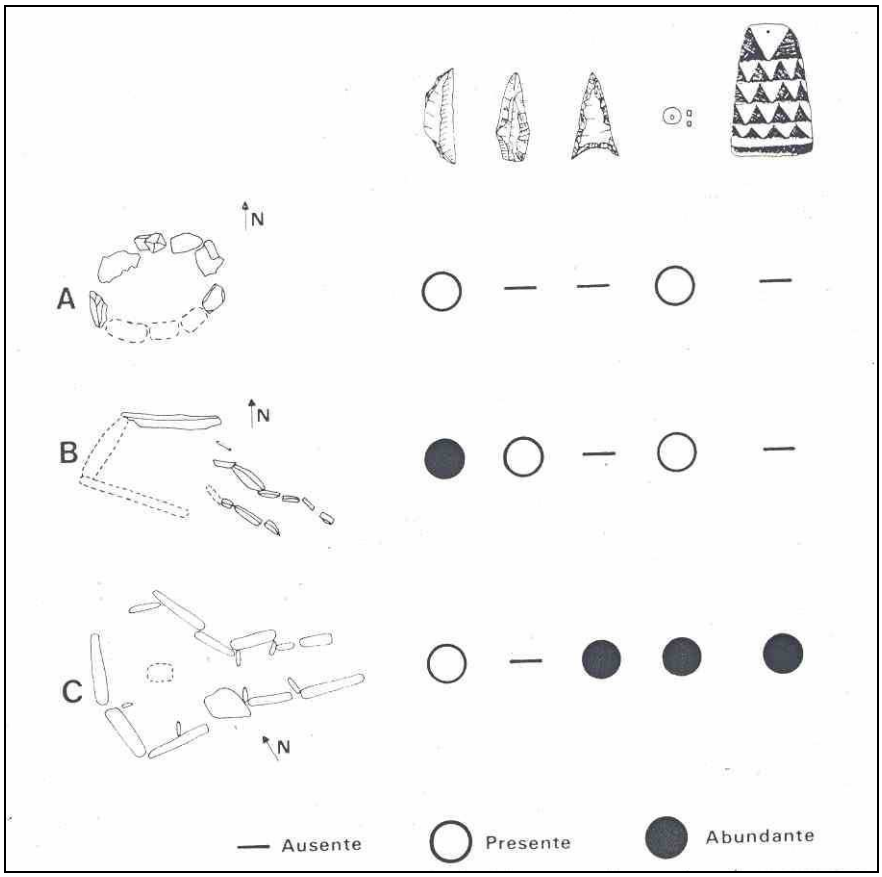

Fig. 9.6. Esquema evolutivo do megalitismo do Alentejo litoral (arquitecturas e espólios). A- Marco Branco; B- Palhota; C- Pedra Branca (seg. Silva e Soares, 1983).

Face à proposta de Manuel Heleno e – de forma menos explícita – da dos Leisner, a principal inovação de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares consistiu na inclusão do Neolítico antigo, com cerâmicas impressas, entre as últimas comunidades de caçadores-recolectores e os primeiros construtores de sepulturas megalíticas. A origem mesolítica destas comunidades, agora menos directa, deslocou-se, por outro lado, para o litoral sudoeste, em detrimento dos concheiros do Tejo.

Paralelamente, J. Arnaud, embora sem novas bases empíricas – a não ser datações pouco fiáveis, obtidas pelo método da termoluminescência (Whittle e Arnaud, 1975) – procurou recuperar, até certo ponto, a perspectiva original de Manuel Heleno, sugerindo a possibilidade de "os últimos utilizadores de cerâmicas impressas" e os primeiros monumentos "proto-megalíticos" terem coexistido, no tempo, com os últimos ocupantes dos concheiros mesolíticos – desta vez, os do Tejo e os do Sado. As datas admitidas para a construção dos pequenos monumentos sem corredor, atingiriam, nessa perspectiva, "o início do 5º milénio a.C., ou mesmo antes" (Arnaud, 1981: 30).

Pela mesma altura, Vera Leisner, mantendo a ideia de uma origem mesolítica (em que incluía já também os concheiros do Sado) para os primeiros megálitos funerários, considera-os "provavelmente contemporâneos" da cerâmica impressa que, por sua vez, seria "a típica cerâmica portuguesa das grutas". Sem procurar explicar a anomalia, recorda que esta cerâmica "penetra, esporadicamente, também na Cultura Megalítica, onde aparece nos grandes sepulcros de corredor do Alentejo" (Leisner, 1983: 56).

Na área de Pavia, tendo em conta os espólios, as arquitecturas e os contextos – sobretudo os vestígios de habitat – propus, há alguns anos, embora sem dados definitivos, um modelo evolutivo para o megalitismo, segundo o qual o fenómeno arrancaria no Neolítico antigo/médio, com a construção de menires e recintos megalíticos; num processo de mudança interna – sem excluir eventuais contributos exógenos – os menires teriam sido substituídos, em termos rituais, pela construção das pequenas sepulturas em ferradura que, por sua vez, teriam, por último, dado lugar às antas de corredor (Rocha, 1999).

Tratava-se, evidentemente, tal como tem sido a regra depois das tentativas falhadas de Manuel Heleno e dos Leisner, de um recuo estratégico, em que o megalitismo funerário se divide apenas em duas categorias, relacionadas, respectivamente, com o carácter individual ou colectivo dos monumentos; note-se, em todo o caso, que a eventual precedência dos menires, resultou de uma análise regional que transcendeu largamente os limites da área de Pavia (Calado e Rocha, 1996).

De facto, Manuel Calado, ponderando uma série de novos elementos sobre o povoamento neolítico e sobre os menires, tem vindo, desde 1990, a defender uma significativa anterioridade destes face ao megalitismo funerário, relacionando-os com o mundo das cerâmicas impressas (Calado, 1990). Esta proposta insere-se, nas suas

versões mais recentes, no quadro de um modelo de neolitização em que, mais uma vez, os grupos mesolíticos dos concheiros do Tejo e do Sado teriam sido os principais protagonistas (Calado, 2002; 2004).

Neste contexto, Manuel Calado inclina-se também, explicitamente, por uma sequência cronológica em que as pequenas sepulturas se sucedem aos menires e antecedem, por sua vez, as antas de corredor.

Na opinião do mesmo autor, a própria contiguidade espacial de monumentos funerários de morfologias tão distintas, sem que se possam invocar diferenças ao nível dos recursos disponíveis ou das matérias-primas, parece implicar um processo de monumentalização da paisagem, em que se reflectem novas concepções rituais, ainda que num processo de marcada continuidade cultural.

A reutilização aparente de menires na construção de alguns monumentos funerários, nomeadamente de pequenas sepulturas, que denomina de submegalíticas – procurando, assim, manter em aberto a posição cronológica destes monumentos – foi outro dos argumentos utilizados; esse fenómeno parece verificar-se, por exemplo, na sepultura do Monte do Cabeço, em Ponte de Sor (Leisner, 1953; Calado, 2004: 196), ou na do Torrão, em Elvas (Silva e Albergaria, 2001; Calado, 2004: 196). O mesmo autor remete igualmente para as reutilizações ou sobreposições de menires, amplamente documentadas nos monumentos funerários bretões, incluindo alguns de câmaras simples (Giot *et al*., 1998; Cassen *et al*., 2000).

Para além dos autores acima referidos, a questão da origem do megalitismo funerário tem sido, geralmente, evitada, por razões que se prendem, naturalmente, com a manifesta escassez de dados fiáveis.

Em Reguengos de Monsaraz, depois dos Leisner, tem persistido a própria incerteza sobre a existência ou não de monumentos análogos às pequenas sepulturas escavadas por Manuel Heleno; Victor S. Gonçalves escavou recentemente uma "cista megalítica" "com eventuais paralelos na sepultura Areias 10", com resultados pouco animadores: o monumento não forneceu qualquer espólio, fenómeno que, segundo o escavador, poderia corresponder ao "esvaziamento provavelmente antigo do monumento" (Gonçalves, 2002: 104).

Em termos cronométricos, e atendendo a uma pequena série de datações recentemente obtidas (Quadro 9.1), o estado actual da investigação não permite recuar muito a construção das antas de corredor, para além dos inícios do 3º milénio, em anos

de calendário (Gonçalves, 2003: 46-47); estas datas, obtidas a partir de ossos humanos na Anta 3 de Santa Margarida, não deixam de ser um tanto desconcertantes, uma vez que, além de se tratar de um monumento supostamente mais antigo (aparentemente, com corredor curto, definido por dois esteios largos, de tipo 1+1), são estatisticamente idênticas às da construção e primeira utilização do *tholos* OP-2b (Gonçalves e Sousa, 2000: 12-13); este, por sua vez, é necessariamente posterior a OP-2, um monumento de grandes dimensões, de corredor muito longo, e, por isso, supostamente tardio.

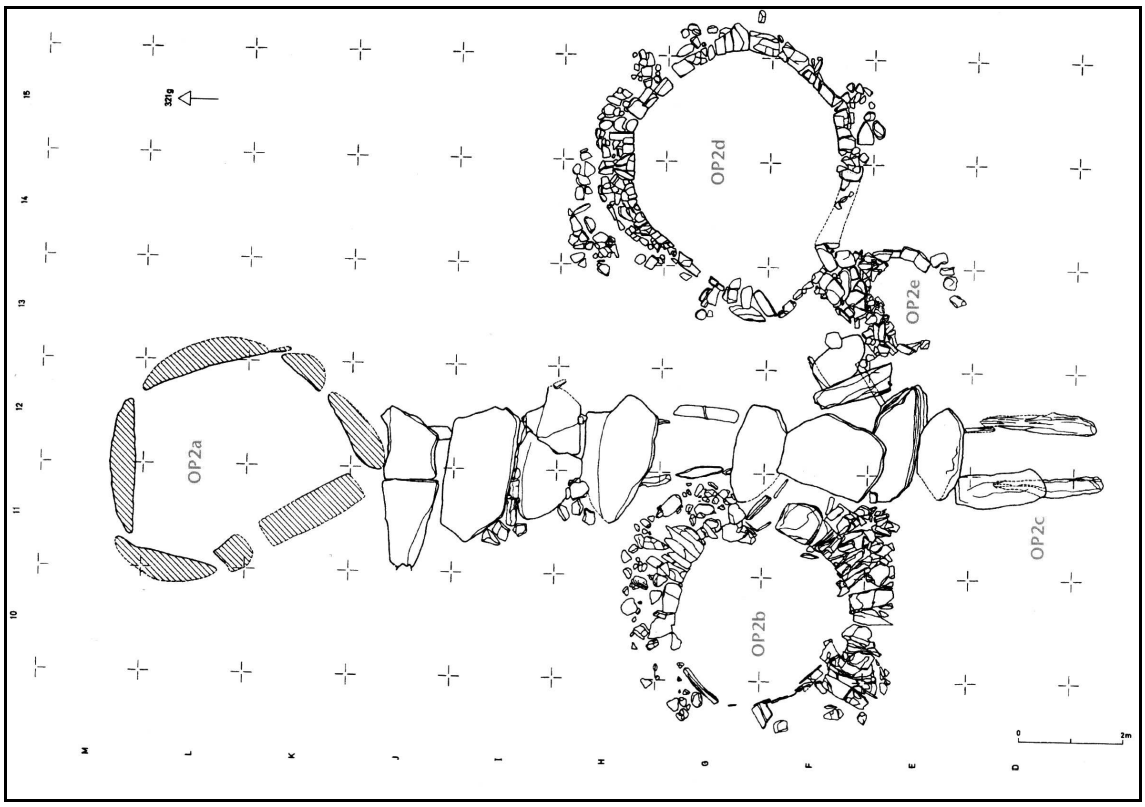

Fig. 9.7. Conjunto monumental do Olival da Pega 2 (seg. Gonçalves, 1999).

A escavação do conjunto monumental do Olival da Pega 2 provocou a segunda "revolução dos *tholoi*" de Reguengos: em conexão com a estrutura do monumento dolménico, foram construídos, não apenas um, como os Leisner tinham verificado na Comenda e na Farisoa, mas três sepulcros de falsa cúpula, de três tipos distintos: OP-2b, com a câmara forrada por ortóstatos de xisto, semelhante ao do Escoural – apesar de, neste último, não terem sido identificados vestígios inequívocos do sistema de cobertura (Santos, 1967) – enquanto OP-2d corresponde a um *tholos* "de tipo litoral" (Gonçalves, 1999: 96;Gonçalves e Sousa, 2000: 75-76), com a câmara de pedra seca, desde a base, e OP2e, corresponde a um tipo até agora desconhecido, que o escavador designa como

"micro-*tholos* (Gonçalves, 1999: 98) e admite tratar-se eventualmente de uma sepultura para crianças.

Interessante, sem dúvida, para além de outros aspectos, é o facto de a escavação da câmara da anta ter fornecido, em termos artefactuais, resultados muito reduzidos, enquanto o *tholos* OP-2b, pelo contrário, estava repleto de restos osteológicos e artefactos, nomeadamente um conjunto relativamente amplo (39 exemplares) de placas de xisto (Gonçalves, 1999: 90, 99), com analogias imediatas no referido *tholos* do Escoural.

Um dos contributos deste monumento múltiplo (potenciando, aliás, as situações observadas na Comenda 2, na Farisoa 1 ou nos Cebolinhos 2), remete, segundo parece, mais para um contexto de continuidade ritual, com inovações, é certo, mas, aparentemente, sem rupturas. Os objectos votivos ou, pelo menos, uma grande parte deles, seriam absolutamente normais num contexto dolménico; esta sobreposição poderá, eventualmente, ser explicada pela utilização, em simultâneo, de antas (estas, como reutilização) e *tholoi*, o que a data, relativamente antiga, de OP-2b, permite, certamente, sustentar (Gonçalves, 1999: 37); no entanto, como veremos no Capítulo 10, talvez haja uma explicação alternativa.

Em síntese, se considerarmos isoladamente a área de Reguengos, as evidências disponíveis não são, por enquanto, conclusivas (Gonçalves, 1992; Gonçalves e Sousa, 2003: 224); na verdade, é difícil extrair conclusões cronológicas a partir de seriações tipológicas demasiado complexas, feitas com base nas variações geométricas da arquitectura dos monumentos, uma vez que "as técnicas de implantações dos esteios das antas raras vezes permitem formas regulares" e se tem reiteradamente verificado " a presença de um mesmo tipo arquitectónico com conteúdos artefactuais de cronologias distintas" (Gonçalves e Sousa, 2003: 207).

Apesar das anomalias verificadas nas relações entre espólios e modelos arquitectónicos, existem presenças e ausências que, tal como noutras áreas, parecem dever-se a diferenças cronológicas e "reforçam a ideia de que entre fins do 4º e inícios do 3º milénio se abandonam os sepulcros individuais ou monofamiliares ou de ocupação restrita para se construírem grandes monumentos de uso colectivo ou para se dar um uso colectivo a monumentos de uso restrito" (Gonçalves e Sousa, 2003: 224).

Sublinhe-se, para comentário futuro, a observação produzida, a propósito da anta do Monte Novo do Piornal, em que "é difícil compreender a escassez e também o tipo de materiais (...) recolhidos" (Ibidem).

A avaliação dos dados disponíveis na bacia do Sever, numa área em que se conhecem actualmente mais de uma centena de monumentos, levou J. Oliveira a concluir que as diferenças arquitectónicas observadas, tanto em termos de morfologia como de dimensões, dependeria "mais da matéria-prima de que foram feitos do que dos seus prováveis afastamentos cronológicos" (Oliveira, 1998b: 209).

Trata-se, efectivamente, de um território em que coexistem os xistos e os granitos, substratos geológicos que, segundo este autor, determinam importantes diferenças paisagísticas e económicas.

Os monumentos foram classificados em dois tipos fundamentais, cada um deles subdividido em duas categorias: na área dos xistos, existem apenas as antas de tipo A, constituídas por câmaras simples (A1 – fechadas e A2 – abertas), enquanto na área dos granitos, temos as antas de tipo B, constituídas por câmaras com corredor diferenciado (B1 – câmaras corredor curto e B2 – câmaras corredor longo) (Oliveira, 1998b: 231).

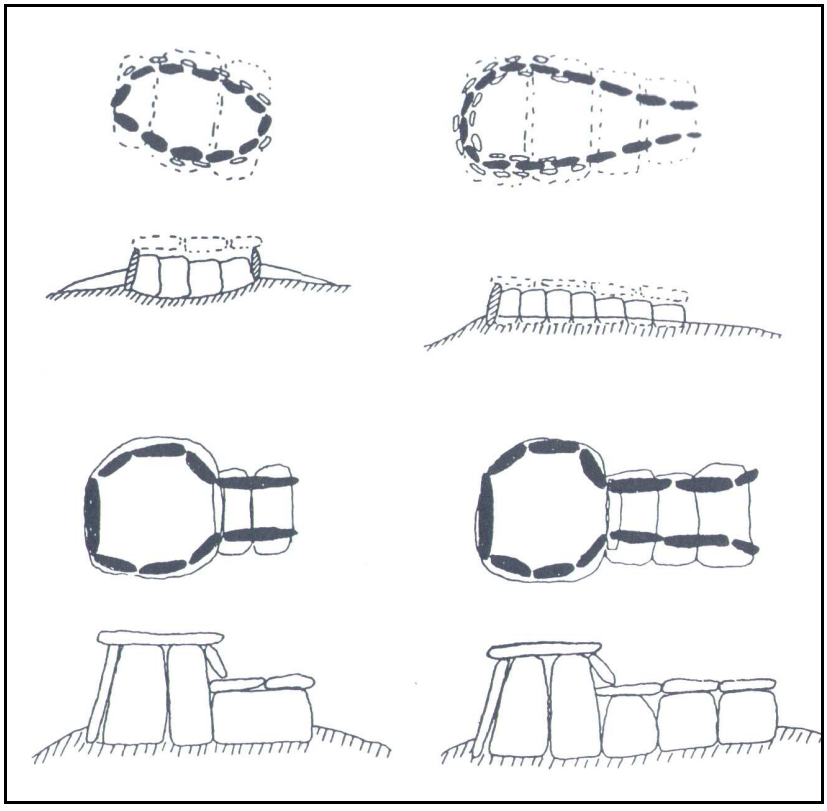

Fig. 9.8.Tipologia dos monumentos da Bacia do Sever (seg. Oliveira, 1997: 233)

Para além de importantes diferenças, em termos de monumentalidade arquitectónica, destaca-se "a sumptuosidade dos espólios recolhidos nos espaços funerários da região dos granitos", em contraste flagrante com "a simplicidade do mobiliário votivo dos monumentos dos xistos" (Oliveira, 1998b: 630).

As datações obtidas para dois monumentos de corredor curto são, comparando com tudo o que conhecemos noutras áreas, a Norte e a Sul, demasiado altas (Quadro 9.1), e inverteriam, a confirmar-se, quer os padrões das diversas sequências evolutivas regionais quer a antiguidade relativa das mesmas, em termos europeus. Apesar disso, J. Oliveira considera que existem "demasiadas datações, muito antigas em ambientes megalíticos para que as continuemos a remeter, continuamente, para episódios anteriores à emergência do megalitismo funerário" (Oliveira, 1997: 232). Porém, se o não fizermos, as datas em causa implicariam uma inversão na lógica tradicional que, com razão ou sem ela, tende a considerar as sepulturas simples anteriores, pelo menos genericamente, às antas de corredor.

A tese deste autor reflecte, de certa forma, a opinião defendida por Primitiva Bueno Ramirez para a Extremadura Espanhola, que, em contra-corrente, tratou de "buscar modelos alternativos à proposta evolucionista baseada na progressão do simples para o complexo" (Bueno Ramirez, 1994: 92).

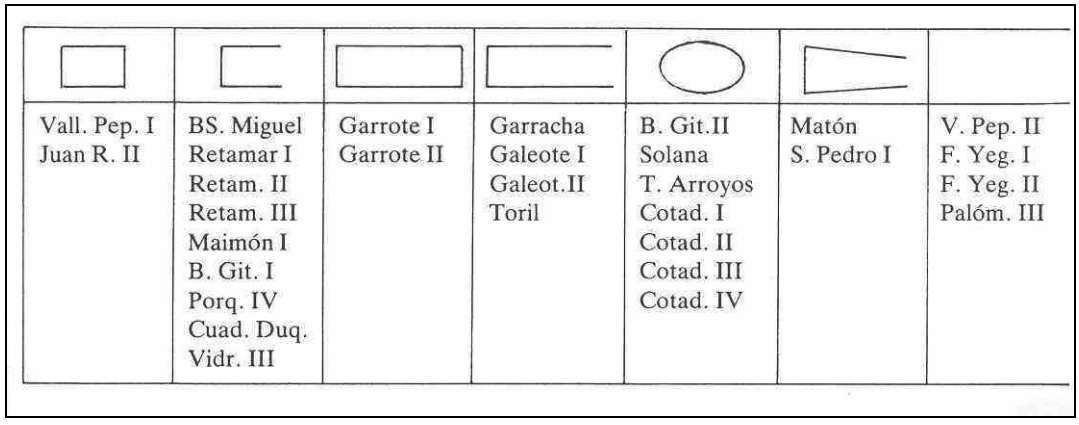

Fig.9.9. Tipologia das sepulturas de xisto da Extremadura (seg. Bueno Ramirez, 1994)

Com base sobretudo nas discrepâncias entre a suposta antiguidade das arquitecturas simples e os espólios que alguns desses monumentos forneceram, a autora

defendeu que, pelo menos algumas das sepulturas de pequenas dimensões, feitas em xisto, parecem ser "cópias de arquitecturas de maior prestígio" e teriam a ver com "o enterramento de personagens menos destacados social ou economicamente" (Bueno, 1994: 90).

Num texto mais recente, esclarece-se, porém, que o modelo defendido "não supõe (...) a negação absoluta da existência de monumentos de pequeno tamanho antigos nas sequências do Oeste" peninsular (Bueno *et al*., 2000: 166), como, aliás, já antes tinha sido admitido em relação ao sepulcro do Marco Branco, no Alentejo litoral (Bueno, 1994: 91).

Note-se que, tal como na bacia do Sever, o ponto de partida destas propostas foram os pequenos monumentos de xisto que se poderiam explicar como "uma resposta regionalizada à necessidade de ocupação de mais territórios (...) impulsionada pelo aumento demográfico" (Bueno *et al*., 2000: 166).

Admitindo, ao contrário das conclusões de J. Oliveira, que "a matéria-prima não é a condicionante fundamental da forma e dimensões do monumento", os investigadores espanhóis recordam que existem "sepulcros grandes em xisto" e "sepulcros pequenos em granito" (Bueno *et al*., 2000: 151), e, por outro lado, desvalorizam as diferenças entre o potencial económico dos xistos e o dos granitos, embora admitindo que os solos são significativamente mais ricos nestes últimos (Bueno *et al*., 2000: 133-135).

Refira-se, porém, que outros autores, com base em escavações efectuadas nas áreas xistosas da Beira Baixa, (Cardoso *et al*., 2000), reconheceram, pelo contrário, nas arquitecturas e nos conteúdos, diferenças cronológico-culturais entre os monumentos simples e os monumentos complexos, recuperando o modelo evolucionista tradicional.

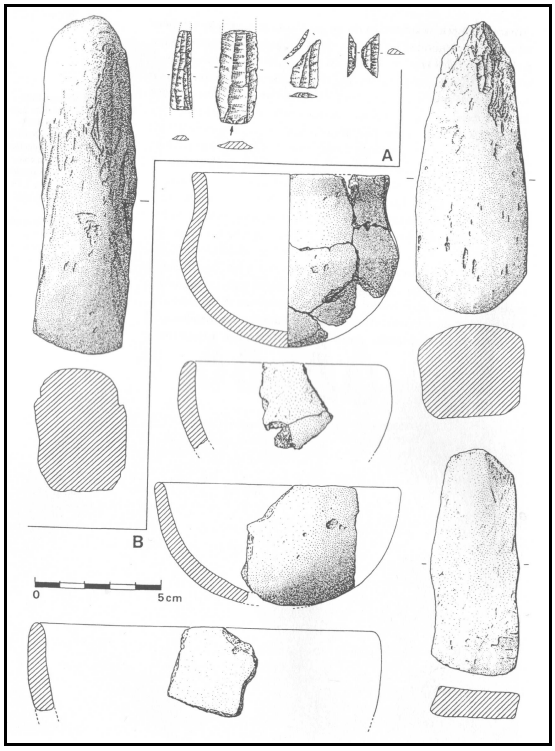

Fig.9.10. Materiais provenientes da escavação da anta 6 do Couto da Espanhola (seg. Cardoso *et al*. 2000).

Em contrapartida, num estudo sobre o conjunto megalítico do Crato – constituído, neste caso, por monumentos de granito de diversas volumetrias – Rui Parreira sugeriu, de forma implícita, uma inversão da sequência, defendendo a existência de um sepulcro central, de grandes dimensões, em torno do qual se aglutinariam outros monumentos "satélites", de menores dimensões, recuperando, de certo modo, uma ideia antiga, expressa por Georg Leisner, a propósito das antas de Évora (Leisner, 1948).

Apesar de admitir que, no estado actual da investigação, não seria possível estabelecer tendências evolutivas nem balizas cronológicas para o megalitismo do Crato, este autor considerou que "pelo menos numa determinada altura da sua história, estes templos funerários funcionaram simultaneamente, num sistema coerente de necropolização (i.e. ritualização) da paisagem, no qual a variabilidade formal dentro de cada agrupamento e o uso dos monumentos exprimia, em termos simbólicos, uma hierarquia social" (Parreira, 1996: xii).

Na plataforma do Mondego, o megalitismo funerário teria arrancado com a construção de antas de corredor curto; a escavação de um desses monumentos, a Orca do Folhadal, revelou uma fase anterior à construção megalítica, constituída por buracos

de poste, interpretados, por sua vez, como restos de carácter habitacional e atribuídos a "um momento crono-cultural próximo (...) do Neolítico Antigo Evoluído regional" (Senna-Martinez e Ventura, 2000: 385), época a que são igualmente atribuíveis outros sítios de habitat conhecidos nas imediações.

A sobreposição estratigráfica entre sepulcros megalíticos e vestígios de habitat tem vindo, como anotei no capítulo anterior, a ser identificada, nos últimos anos, em diversos contextos regionais (Bueno Ramirez *et al*., 1998; Criado Boado *et al*., 2000; Antunes *et al*., 2003), embora nos faltem ainda bases sólidas para a construção de um modelo interpretativo; provisoriamente, poderíamos, face à escassez dos dados até agora obtidos nestas condições, colocar a questão de estarmos, eventualmente, em presença, não de vestígios de habitat, mas dos restos de monumentos funerários anteriores, construídos com materiais perecíveis.

A questão da antiguidade relativa das sepulturas individuais – abertas ou fechadas – tem passado também, desde os anos 50 do século XX, pelos conhecidos monumentos de Monchique, onde os micrólitos geométricos, presentes em força, sugeriram, desde a sua descoberta, uma certa relação com as míticas sepulturas proclamadas, mas não publicadas, por Manuel Heleno, no Alentejo Central; porém, os escavadores nunca chegaram a assumir a antiguidade evidente da maior parte dos monumentos, tendo preferido, um pouco à maneira de Vergílio Correia, em Pavia, incluir no mesmo pacote, a diversidade de situações detectadas.

É certo que, num ou noutro caso, existem monumentos com artefactos de cronologias relativamente tardias, como as placas de xisto e, sobretudo, os braçais de arqueiro (Viana *et al*., 1954); no entanto, dominam, nos espólios de Monchique, os machados de secção arredondada e os geométricos, estando, com frequência, ausentes as cerâmicas.

Na revisão crítica que efectuou deste conjunto, Victor S. Gonçalves estabeleceu, de forma inequívoca, que "em determinados casos específicos, os conjuntos são realmente antigos" (Gonçalves, 1989: 74) e admitiu, embora com algumas precauções, ser possível "conotar os primeiros monumentos de Monchique com os tardios recolectores da costa sul alentejana" (Gonçalves, 1989: 77).

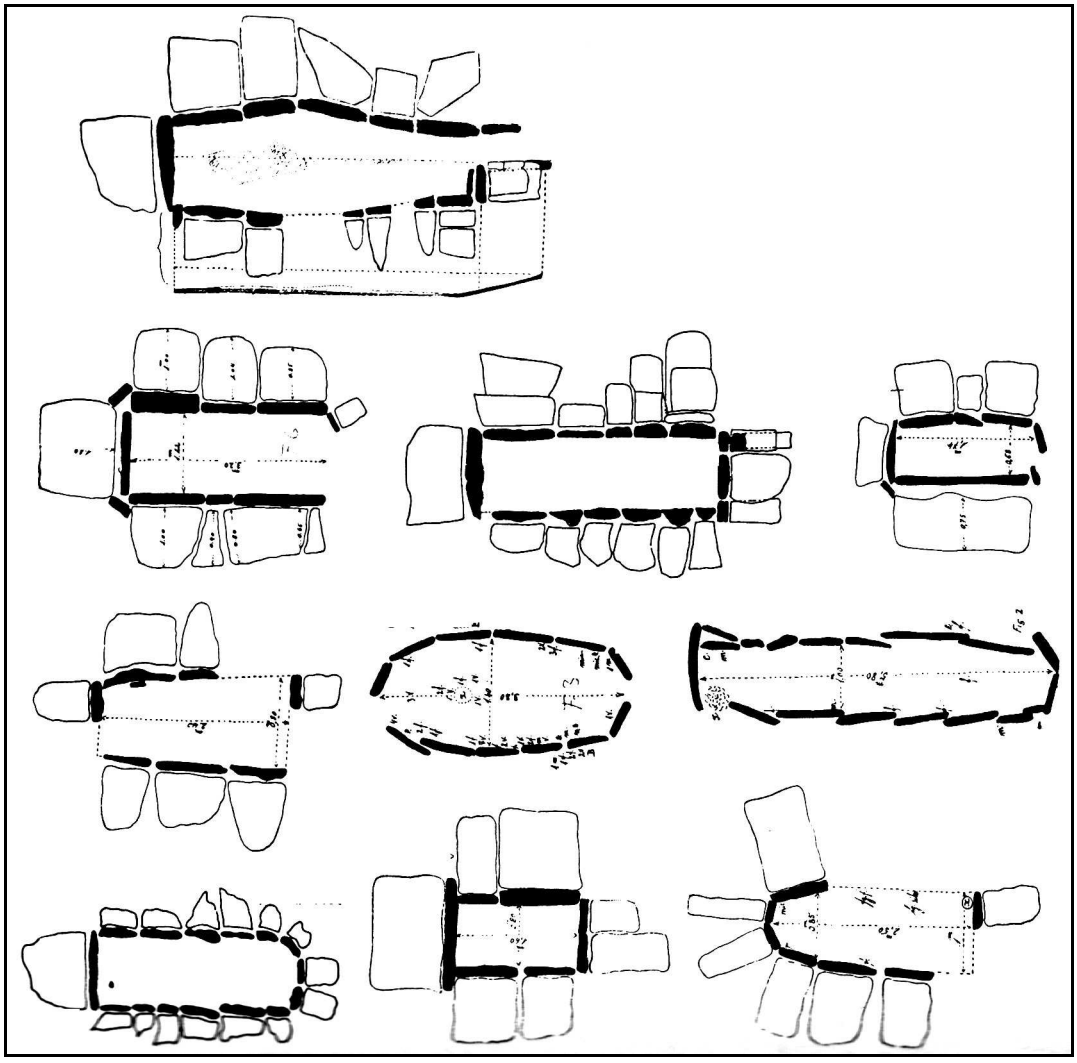

Fig. 9.11. Plantas de alguns monumentos de Monchique (seg. Ferreira *et al*., 1954, adaptado).

O estudo sistemático da necrópole megalítica da Serra da Aboboreira, no Norte de Portugal, onde se obteve um número elevado de datas radiocarbónicas, em monumentos de tipologias muito diversas, constituiu a base para a primeira crise séria do modelo evolucionista linear; na verdade, embora se tivesse mantido um esquema geral evolutivo, as anomalias verificadas foram ultrapassadas com base no conceito de polimorfismo (Jorge, 1986; Cruz, 1992, 1995, 2001).

Os resultados obtidos parecem sugerir, efectivamente, que o fenómeno megalítico, nesta área, se iniciou também com a construção dos pequenos sepulcros fechados, na 2ª metade do 5º milénio a.C., seguidos dos monumentos abertos, com ou sem corredor, desde o início do 4º milénio a.C. a encerrar a sequência evolutiva, teríamos, nos finais do 4º/inícios do 3º milénio a.C., o regresso à construção de

pequenos monumentos, por vezes aparentemente aglutinados em torno de um grande monumento central.

As baterias de datações disponíveis para a Serra da Aboboreira, tal como para a Beira Alta – onde as antas de corredor, à semelhança da Submeseta Norte espanhola, parecem ser um pouco mais antigas (Cruz, 1995: 105; Gomes *et al*. 1998) – foram exclusivamente obtidas sobre carvões, geralmente incorporados nos paleossolos ou nas terras dos *tumuli* (Jorge, 1985, 1993; Cruz, 1992: 86); por tal facto, e também porque algumas datas parecem excessivamente altas, como, aliás, ocorre com algumas outras do Nordeste alentejano (Oliveira, 1997; 1998b), é necessária, por enquanto, alguma precaução. O problema reside, naturalmente, na possibilidade de essas datas poderem referir-se a episódios de desflorestação anteriores – não se sabe quanto – à construção dos monumentos.

Neste contexto, parecem precipitadas e com acentuado sotaque regionalista, as sugestões de que, afinal, o arranque do megalitismo do Norte de Portugal seria anterior às sepulturas primitivas de Manuel Heleno (Jorge, 2000: 363), sabendo nós que de um lado existia uma mão cheia de datações discutíveis e, do outro, em termos de cronologia absoluta, coisa nenhuma.

Mesmo discutíveis, as datas mais antigas, pelo menos as que caem dentro da segunda metade do 5º milénio a.C – referentes a *tumuli*, com ou sem estrutura megalítica – parecem coerentes com outras datas recentemente obtidas, por exemplo, na Cantábria, nos monumentos de Monte Areo V e XII, igualmente sobre madeiras carbonizadas, mas que, aparentemente, fariam parte de uma estrutura "megaxílica", muito rara em contexto peninsular (Blas Cortina, 2000: 223).

Entre o Norte de Portugal e a Cantábria, a situação especial dos monumentos de Dombate parece, actualmente, o terreno mais firme, no contexto peninsular, para alicerçar, com bases novas, o velho modelo evolucionista: trata-se, de facto, do único caso em que a sequência sepulturas simples – dolmens de corredor aparece atestada estratigraficamente. O monumento mais recente foi datado cronometricamente da primeira metade do 4º milénio a.C. (Bello Dieguez, 1995: 52, 53).

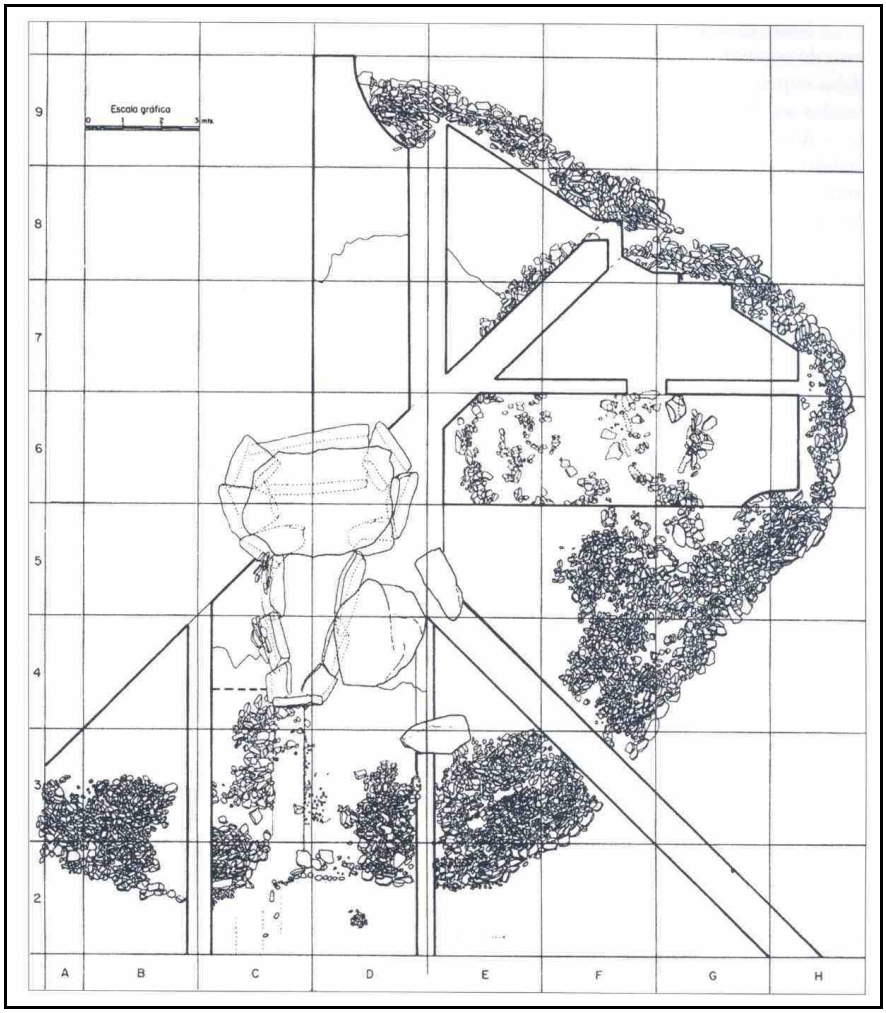

Fig.9.12. Planta do dolmen de Dombate, cuja mamoa sobrepõe, no lado direito da imagem, uma sepultura megalítica (Dombate Antigo) (seg.Bello Dieguez, 1995: 49)

Em termos de cronologia absolutas, o panorama actual para o Sul do país é, para além de limitado numericamente, discutível quanto às implicações sobre a diacronia efectiva das arquitecturas.

Monumento	**Local**	**Tipo**	**Lab**	**BP**	**Cal BC, 1 σ**	**Cal BC, 2 σ**	**Amostra**
Castelhanas		Anta	OxA 5432	3220±65	1520-1420	1630-1320	Osso
Cabeçuda 1	Marvão	Anta	ICEN 979	3720±45	2185-2033	2274-1971	Carvão
Cabeçuda 1	Marvão	Anta	ICEN 977	3650±110	2178-1881	2328-1698	Carvão
CBS-2	Reguengos	Anta	Beta 177471	3840±40	2340-2210	2450-2150	Osso
CBS-2	Reguengos	Anta	Beta 176899	3900±40	2460-2310	2480-2280	Osso
OP2b	Reguengos	tholos	ICEN 956	4180 ±80	2884-2602	2918-2497	Osso Carvão

OP2b	Reguengos	tholos	ICEN 955	4290±100	3017-2765	3311-2584	Osso Carvão
STAM-3	Reguengos	Anta	Beta 166418	3780 ± 40	2280-2140	2310-2050	Osso
STAM-3	Reguengos	Anta	Beta 166417	3770 ± 40	2270-2140	2300-2040	Osso
STAM-3	Reguengos	Anta	Beta 166420	3720 ± 50	2200-2030	2280-1960	Osso
STAM-3	Reguengos	Anta	Beta 166421	3730 ±40	2200-2040	2270-2020	Osso
STAM-3	Reguengos	Anta	Beta 176897	4290± 40	2910-2890	2930-2880	Osso
STAM-3	Reguengos	Anta	Beta 166416	4270±40	2900-2880	2920-2870	Osso
STAM-3	Reguengos	Anta	Beta 166422	4270±40	2900-2880	2920-2870	Osso
STAM-3	Reguengos	Anta	Beta 176896	4170±40	2880-2670	2890-2600	Osso
OP2b	Reguengos	tholos	ICEN 957	4130±60	2873-2580	2883-2494	Osso Carvão
Bola da Cera	Marvão	Anta	ICEN 66	4360 ± 50	3038-2916	3258-2900	Osso
STAM-2	Reguengos	Anta	Beta 153911	4410±60	3100-2920	3340-2900	Carvão
Coureleiros 4	Castelo Vide	Anta	ICEN 976	4240±150	3021-2611	3335-2459	Carvão
Monte Canelas	Portimão	hipogeu	ICEN 1149	4460±110	3545-2919	3379-2881	Carvão
Monte Canelas	Portimão	hipogeu	OxA 5515	4370 ± 60	3080-2910	3290-2880	Osso
Monte Canelas	Portimão	hipogeu	OxA 5514	4420 ± 60	3260-2920	3340-2900	Osso
Castro Marim	Castro Marim	tholos	OxA 5441	4525 ± 60	3350-3090	3370-2930	Osso
Rabuje 5*	Monforte	Sepultura	Beta 191133		3530-3350	3620-3590	Carvão
Castelhanas		Anta	ICEN 1264	6360±110	5430-5220	5450-5060	Carvão
Figueira Branca	Marvão	Anta	ICEN 823	6210±50	5235-5085	5302-5007	Carvão
Cabeçuda 1	Marvão	Anta	ICEN 978	7660±60	6477-6418	6593-6378	Carvão

Quadro 9.1 Cronologia absoluta para o megalitismo do Sul de Portugal extemporâneas (seg. Soares, 1996: 704-705; Gonçalves, 1996, 2001, 2003d; Oliveira, 1995; *Rui Boaventura, informação pessoal).

Monumento	**Local**	**Tipo**	**Lab**	**BP**	**Cal BC, 1 σ**	**Cal BC, 2 σ**	**Amostra**
Cabeço Areia	Montemor	Sepultura	Beta 196091	4650±40	3510-3430	3520-3350	Osso
4ª Cabeceira	Mora	Anta	Beta 196094	4780±40	3640-3620	3650-3510	Osso
4ª Zambujeiro	Montemor	Anta	Beta 196093	3040±40	1380-1260	1400-1190	Osso

Quadro 9.2 - Cronologia absoluta de monumentos intervencionados por Manuel Heleno. I*néditos.*

Monumento	Local	Tipo	Lab	aC
Poço Gateira 1	Reguengos	Anta	Ox Tl 169b	4 510±360
Gorginos 2	Reguengos	Anta	Ox Tl 169c	4 440±360
Farisoa 1	Reguengos	Anta	Ox Tl 169i	2 405±260
Farisoa	Reguengos	tholos	Ox Tl 169j	2 675±270
Comenda Igreja	Montemor	Anta	Ox Tl 169f	3 235±310

Quadro 9.3 - Cronologia absoluta (TL) de alguns monumentos do Alentejo Central. Arnaud, 1977.

Abstraindo das datas, atrás comentadas, cuja antiguidade, por terem sido obtidas a partir de carvões merecem, por enquanto, algumas reservas (assim como as datas de TL do Poço da Gateira 1 e de Gorginos 2, que necessitam de ser confirmadas por métodos mais precisos), o quadro disponível merece certamente alguns comentários gerais.

Verifica-se, antes de mais, uma contemporaneidade estatística entre as antas de corredor mais antigas (4ª da Cabeceira) e as sepulturas megalíticas de planta simples, como as da Rabuje 5 ou a do Cabeço da Areia, por volta de meados do 4º milénio a.C.. É igualmente notória a simultaneidade aparente entre antas de corredor, *tholoi* e hipogeus, a partir dos finais do mesmo milénio.

Existem, por outro lado, dois casos em que as evidências radiocarbónicas (tal como as artefactuais: veja-se, por exemplo, o braçal de arqueiro da 4ª do Zambujeiro) apontam para reutilizações na Idade do Bronze.

Em todo o caso, no estado actual dos nossos conhecimentos, seria certamente arriscado atribuir demasiado valor a este conjunto de datações, sobretudo quando se trata de indagar as origens das arquitecturas: as discrepâncias entre arquitecturas e espólios (artefactos, ossos e carvões), frequentemente observadas (Bueno *et al.*, 1996-2002), exigem um modelo interpretativo que não passa seguramente, por uma ordenação linear das datações disponíveis.

Assim, o balanço actual sobre a génese e evolução do megalitismo funerário no ocidente peninsular permite, sem dúvida, manter o essencial da avaliação feita, há cerca de 70 anos, por Manuel Heleno.

Por um lado, as datações mais altas, arqueologicamente sustentáveis – a par das datações mesolíticas mais tardias – não contradizem a origem mesolítica, ainda que indirecta, dos construtores dos monumentos mais antigos, a que os micrólitos

geométricos dão substância artefactual; porém, a generalização do fenómeno a círculos megalíticos geograficamente muito afastados do Alentejo Central, enfraqueceu drasticamente o papel fundador que Manuel Heleno atribuiu às populações dos concheiros do Tejo.

A imagem global de uma maior antiguidade dos monumentos mais arcaicos (e, aparentemente, também dos dolmens de corredor) no Norte da Península, conjugável, numa visão de conjunto, com as datas de alguns monumentos bretões (Gonçalves, 1992: 205; Calado, 2004; Cassen *et al*., 2000; Mohen e Scarre, 2002), é, por enquanto, apenas uma hipótese a ter em conta; porém, a crença numa origem puramente autóctone, alentejana, do megalitismo funerário, parece perder terreno, embora num cenário em que as evidências cronométricas não podem ser consideradas ainda suficientes.

Quanto à sequência evolutiva proposta por Manuel Heleno, parece-me que, no essencial, ela se mantém operativa; no entanto, somos, hoje, obrigados a assumir uma complexidade completamente distinta, tanto na forma como as arquitecturas se distribuem no tempo e no espaço, como no modo como os procedimentos rituais e os processos tafonómicos contribuíram para a formação do registo arqueológico.

O indigenismo exacerbado de Manuel Heleno, marcado por uma "visão provinciana das evoluções em ambiente fechado" (Gonçalves, 1992: 104), tinha começado a ceder logo com os trabalhos dos Leisner.

Por outro lado, a abertura das fronteiras políticas europeias tende, hoje em dia, a facilitar olhares cada vez mais transversais e uma recuperação dos dois grandes traumas isolacionistas que o século XX introduziu no estudo do megalitismo europeu: os nacionalismos, na primeira metade do século e, a partir dos 70, sob a batuta de Colin Renfrew, um certo poligenismo, resultante de uma abordagem processualista, que, em Portugal, não parece ter tido demasiados reflexos directos.